

Bosco Foz processa cidadão e leva uma "chapoletada" do Judiciário

■ Página 12

Tribuna Popular

Foz do Iguaçu, 3 a 9 de março de 2026 | Edição 430 | Ano XII | R\$ 3,00



APAGÃO FISCALIZATÓRIO NA

CÂMARA DE FOZ: NOTA ZERO

SERIA DEVIDO AO ALINHAMENTO

POLÍTICO COM O EXECUTIVO?



■ **Nota zero do Legislativo em fiscalização, segundo o TCE-PR, levanta questionamentos sobre a atuação da base aliada em relação à gestão do prefeito Joaquim Silva e Luna e a eficácia das políticas públicas na cidade**

■ Página 12

Braço direito do Prefeito General Silva e Luna é condenado a prisão pelo TJ-PR

■ Página 9

PRETO NO BRANCO

DEMOROU PRA DAR
CONFUSÃO

Em Foz do Iguaçu, até o que nasce para ser homenagem vira ringue. A Prefeitura resolveu inventar democracia gourmet: colocar o povo para escolher o nome da Casa da Mulher Paranaense. Ideia bonita no PowerPoint. Na prática? Bastidor fervendo, secretaria fazendo campanha disfarçada e a população puxando para outro lado. Quem foi o estrategista que, em meio a uma crise de gestão, pensou: "Sabe o que vai acalmar a cidade? Uma votação polêmica!"? Se era para ter preferência, escolhesse logo o nome e assumisse o desgaste. Mas não. Preferiram criar uma disputa pública para depois fingir surpresa com o incêndio. Em Foz, a gestão não apaga fogo. Distribui fósforo.

FOGO AMIGO NA
COMUNICAÇÃO

O sempre eloquente Dr. Nelson, da Rádio Cultura Foz, resolveu atirar para todos os lados, inclusive para o próprio quintal. "Não coloque secretário de comunicação para rebater moleque de bloquizado", disparou. Curioso. Em Foz do Iguaçu, comunicador critica comunicador, imprensa desautoriza imprensa, e no final ninguém se defende. É cada "PI" por si e Deus por todos. Talvez o problema não seja responder blog. Talvez seja não saber lidar com contraditório. Em terra onde todo mundo fala, mas poucos escutam, o eco vira sentença.

RACHADINHA OU
EXTORSÃO?

Nos corredores da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, o sussurro é pesado: dois vereadores estariam ficando com 85% do salário de assessores. O nome elegante é "rachadinha". Mas quando o percentual vira quase tudo, o termo correto é outro. Há relatos que já chegaram ao GAECO. Se confirmado, não é apenas imoral. É um escândalo com endereço, gabinete e contracheque. A pergunta que fica: até quando assessor vai trabalhar para pagar pedágio político? Porque quando o salário vira tributo, o mandato deixa de ser público e vira negócio privado.



GENERAL MAIS 9?

Na semana passada um grupo de nove leitores estiveram no gabinete do Prefeito General Silva e Luna. Seriam estes o grupo do G-9 (General mais 9)?

ACORDA BRASIL,
MAS DORME FOZ

Enquanto merenda chega aos CMEIs de Foz do Iguaçu sob questionamentos e ajustes eternos, um vereador "patriota" decide viajar até São Paulo para gritar "ACORDA BRASIL". Talvez o Brasil até precise acordar. Mas e Foz? Quem fica para fiscalizar a comida das crianças enquanto o discurso ecoa em outro estado? Patriotismo de aeroporto é confortável. Difícil mesmo é enfrentar a fila da merenda e perguntar se está tudo certo no prato.

POR UM TRIZ...

Dizem que Cleberson Belino quase fez as malas de volta para Toledo. Por um triz não foi exonerado da Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Foz do Iguaçu. Mas ficou. Sobreviveu. E agora talvez tenha mais tempo para visitar as Cataratas do Iguaçu com desconto de morador, enquanto tenta convencer a cidade de que está tudo sob controle. Na política local, às vezes não vence o melhor. Vence o que resiste mais 24 horas.

CURRÍCULO CRIATIVO,
CANDIDATURA OUSADA

Em Foz do Iguaçu, a política tem memória curta, mas o Google não. Boatos circulam de que um ex-assessor do vereador Ranieri Marchioro, aquele mesmo que deixou a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu sob a sombra de um diploma falso, agora ensaia voo mais alto: quer ser candidato a deputado pelo PARTIDO NOVO. Nada contra recomeços. A política até precisa deles. Mas talvez fosse prudente o diretório dar aquela pesquisada básica antes de bater o martelo. Porque há nomes que, quando digitados na barra de busca, vêm com rodapé, asterisco e histórico. O problema não é sonhar alto. É esquecer que o passado costuma subir junto no palanque.

Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação da E Alliana - ME
CNPJ 37.189.127/0001-00
Telefone (45) 3523-7826 - Foz do Iguaçu / PR
jtribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana
Jornalista Responsável:
Enrique Alliana - MTB: 0010793/PR

COMERCIAL

Claudete Desbezel

Impressão: Grafinorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

"Até quando Foz do Iguaçu será curral eleitoral de políticos de passagem?"

Essa conveniência costuma aparecer disfarçada de alianças "importantes", apoios "técnicos" ou projetos "regionais"

Enrique Alliana - Jornalista

Fotos: Enrique Alliana

Em época de eleição, uma palavra volta a circular com força no vocabulário político: "estratégia". Mas, em muitos casos, o nome mais honesto seria outro, conveniência.

"Cidade vira moeda de troca em alianças eleitorais"

Em Foz do Iguaçu, essa conveniência costuma aparecer disfarçada de alianças "importantes", apoios "técnicos" ou projetos "regionais", quando na prática se traduz em algo bem mais simples: políticos locais pedindo votos para candidatos que pouco ou nada conhecem da realidade da cidade.

O discurso é sempre bonito. Falam em desenvolvimento, em recursos, em portas abertas em capitais distantes. Prometem influência, verbas e soluções milagrosas. É quase uma tele-entrega de progresso: você vota em alguém de fora e, teoricamente, o benefício chega pelo correio. Pena que, como toda promessa política mal embalada, o pacote quase sempre se perde no caminho.

"Salvadores de paraquedas e eleitores de memória curta"

Curiosamente, a memória política do eleitor parece funcionar como sinal de internet em dia de chuva: oscila bastante. Não faz tanto tempo assim que um general "especialista em asfalto" desembarcou por aqui com currículo pronto, discurso ensaiado e soluções aparentemente simples para problemas complexos.

O resultado, ao que tudo indica, não foi exatamente re-



volucionário. A não ser para a indústria de suspensão automotiva, que provavelmente viu a demanda aumentar diante da criatividade geográfica dos buracos urbanos.

"Candidatos importados, problemas exportados"

Ainda assim, a lição parece não ter sido suficiente. Chegamos a mais um ciclo eleitoral e lá estão novamente figuras públicas locais. Algumas eleitas com o discurso de defesa da cidade, posando sorridentes ao lado de candidatos importados. A justificativa costuma ser pragmática: "é importante para a cidade".

Interessante como essa importância quase sempre coincide com nomeações, cargos, promessas de espaço político ou alguma vantagem administrativa futura. Uma coincidência impressionante.

O mais curioso é observar que essa prática não se limita ao mundo político. Parte do

setor empresarial também embarca nessa lógica, como se apoiar candidatos de fora fosse uma espécie de investimento financeiro de alto rendimento. Talvez seja mesmo, só não necessariamente para a cidade. Afinal, quando o compromisso principal está distante, a prioridade também costuma estar.

"Candidato de fora promete resolver problemas que ain-

da está procurando no mapa"

Enquanto isso, o eleitor iguaçuense continua vivendo a rotina real da cidade: hospitais pressionados, infraestrutura que precisa de manutenção constante, transporte, educação e segurança exigindo atenção permanente. Problemas locais, que dificilmente entram na lista de prioridades de quem não vive aqui, ou de quem só aparece durante a campanha.

"Voto útil ou submissão política?"

É nesse contexto que surge a ideia do chamado "voto útil por Foz do Iguaçu". Não como slogan patriótico municipal, mas como um princípio básico de coerência política: escolher representantes que conheçam a cidade não por relatórios, mas por experiência cotidiana. Pessoas que não precisem de mapa para entender onde estão os problemas, nem de assessoria para explicar o que a população já sabe.

"Eleitor vota em visitante e ganha cartão-postal de agradecimento"

Porque votar em quem conhece a cidade não é bairrismo, é lógica. A cidade não precisa de salvadores de paraquedas, nem de turistas eleitorais. Precisa de representantes comprometidos com a realidade local, e não com a próxima oportunidade política.

A pergunta que fica não é apenas "até quando isso vai acontecer?", mas algo ainda mais simples: até quando o eleitor vai aceitar esse roteiro repetido, com personagens diferentes e o mesmo final previsível?



A QUE PONTO CHEGAMOS

Começam a aparecer os "traidores da pátria" ou melhor os "traidores de Foz?"

Alguns vereadores são eleito por Foz, mas trabalhando para exportação; Outros são filhos da terra, mas com coração em outro domicílio eleitoral

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

De tempos em tempos, a política brasileira redescobre palavras fortes para explicar comportamentos antigos. "Traidor da pátria" é uma delas. Expressão pesada, histórica, quase teatral, que Ulysses Guimarães utilizou para lembrar que brincar com a Constituição é brincar com a própria democracia. Mas, como tudo no Brasil ganha versão municipal, talvez Foz do Iguaçu esteja prestes a popularizar um novo conceito: os "traidores de Foz".

Patriotismo municipal com prazo de validade

Não se trata de espionagem internacional, nem de conspirações cinematográficas. Nada tão sofisticado. Em Foz do Iguaçu, a versão local da "traição" parece ser mais simples e até burocrática: pedir votos para candidatos de fora enquanto se ocupa um cargo conquistado com votos de dentro.

Mandato Delivery: Sai de Foz e chega em outro domicílio eleitoral

É quase uma inovação política. Uma espécie de exportação de prestígio eleitoral financiada pela confiança do eleitor iguaçuense.

Durante as eleições municipais, o discurso é sempre o mesmo. Fala-se de pertencimento, de compromisso com a cidade, de conhecer cada buraco na rua, cada fila no hospital e cada problema da educação. O candidato se apresenta como "filho da terra", defensor incondicional dos interesses locais, alguém que vai lutar por Foz "custe o que custar". O eleitor acredita, vota e entrega o mandato.

Até aí, tudo dentro do roteiro tradicional da política brasileira.

Traição Light: Quando o mandato muda de endereço

O problema começa quando o mandato ainda está quente e a prioridade passa a ser ajudar candidatos de outras cidades a se elegerem deputados. De repente, aquela defesa apaixonada da representatividade local vira apenas um detalhe de campanha já vencida. Foz do Iguaçu, que antes era prioridade absoluta, torna-se coadjuvante em alianças regionais.

É nesse ponto que nasce a figura do "traidor de Foz do Iguaçu". Não no sentido dramático da palavra, mas no sentido simbólico de quem troca a cidade que o elegeram por acordos políticos mais convenientes.



Vereador Cabo Cassol

O caso do vereador Cabo Cassol ilustra bem essa lógica curiosa. Ao lançar-se pré-candidato a deputado estadual, a movimentação política parece menos um projeto de representação e mais uma engrenagem eleitoral para fortalecer a candidatura do deputado federal Sargento Fahur, de Londrina. Uma estratégia legítima dentro da política partidária, claro. Mas que levanta uma pergunta inevitável: Onde entra Foz do Iguaçu nessa equação?

Porque, na prática, o eleitor pode acabar funcionando como cabo eleitoral involuntário de outra cidade.

Cabo Cassol, seria ele o representante de Foz... Desde que não seja para representar Foz do Iguaçu.

Vereador Bosco Foz

Ao que tudo indica, o Vereador Bosco Foz é pré-candidato a Deputado Federal pelo PL com o único intuito que é de fazer dobradinha com o Deputado Estadual Ricardo Arruda, do PSD que tentará sua reeleição junto a Assembleia Legislativa do Paraná. Seria mais um paraquedista de olho nos votos de Foz do Iguaçu?

Será que o vereador Bosco Foz estaria apresentando um novo produto de exportação da cidade: Votos Iguaçuenses para Deputados de fora?



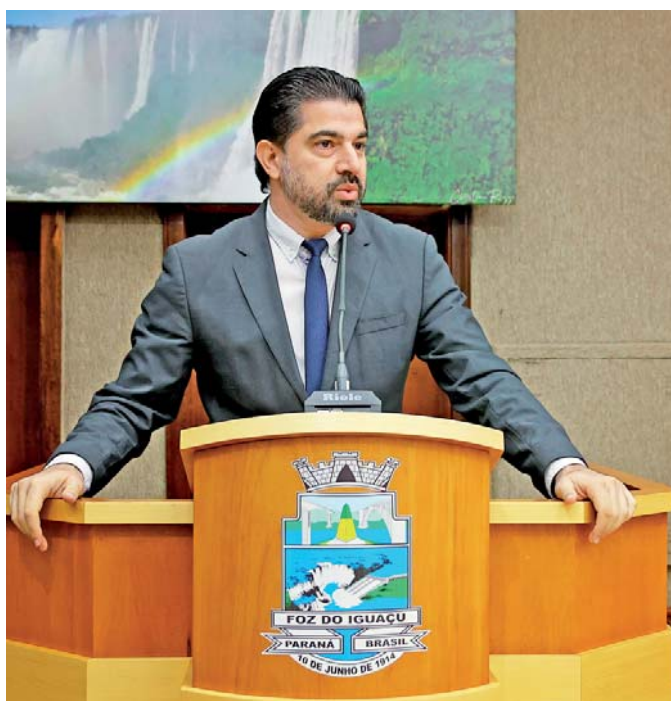
Vereador Adnan El Sayed

Já o vereador Adnan El Sayed (PSD) entra em outro capítulo dessa novela política. Além de possíveis tensões partidárias, surge a sinalização de apoio ao pré-candidato a deputado estadual Mario Verri, vereador de Maringá pelo PT. Novamente, nada ilegal, nada proibido. Apenas politicamente revelador.

Revelador porque expõe uma contradição clássica: o discurso localista que termina em apoio externo.

O compromisso do vereador Adnan El Sayed com Foz do Iguaçu vale o ano inteiro. Ou só até chegar a eleição estadual?

É como torcer apaixonadamente pelo time da cidade e, no campeonato seguinte, vestir a camisa do adversário, mas continuar dizendo que é pelo bem da torcida.



A QUE PONTO CHEGAMOS

Foz do Iguaçu grita por representação, e os próprios líderes tapam os ouvidos

Cidade reclama de abandono na Assembleia e na Câmara Federal, mas parte da classe política prefere apoiar candidatos de fora. Coincidência ou conveniência?

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

A ironia maior é que Foz do Iguaçu sempre reclama, com razão, da falta de representantes fortes na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal. A cidade frequentemente se sente sub-representada, esquecida em decisões estaduais e federais, dependente de lideranças políticas de outras regiões. Mas quando surge a oportunidade de construir essa representatividade local, parte da própria classe política parece preferir terceirizar o protagonismo.

A cidade que pede voz, mas entrega o microfone ao vizinho

Talvez seja a versão política do velho ditado: ninguém acredita no potencial da cidade tanto quanto o discurso eleitoral diz acreditar.

No fundo, essa situação revela algo mais profundo do que simples alianças políticas. Mostra como o mandato, que deveria ser instrumento de defesa da comunidade, às vezes se transforma em moeda de negociação dentro de projetos pessoais ou partidários maiores. Não é exatamente uma traição. Mas certamente parece um abandono temporário de prioridades.

Foz diz estar esquecida, mas quando surge a chance de eleger representantes fortes, o apoio atravessa a ponte

E o eleitor, como sempre, assiste a tudo tentando entender em que momento o voto dado para fortalecer Foz passou a servir para fortalecer outras cidades.

A política tem dessas ironias silenciosas. Em ano eleitoral, todos são de Foz do Iguaçu.



Entre eleições, Foz do Iguaçu vira apenas um ponto estratégico no mapa eleitoral do Paraná.

Talvez Ulysses Guimarães não estivesse pensando nisso quando falou sobre traição à

pátria. Mas, se estivesse observando a política municipal, talvez acrescentasse uma versão adaptada, pois trair a confiança do eleitor também é uma forma de romper um pacto

democrático, ainda que em escala local.

E em Foz do Iguaçu, ao que parece, essa modalidade de "traição" está longe de entrar em extinção política.



Sidnei Pretes

O Vereador Sidnei Prestes do Partido Mobiliza, vem negociando com outros partidos para trocar de legenda na janela eleitoral. Assim ele poderia ser candidato a Deputado Estadual e fazer palanque para um candidato a Deputado Federal de fora da cidade.



Valentina Rocha

A pré-candidatura da vereadora Valentina Rocha à Assembleia soa menos como projeto próprio e mais como estratégia de vitrine. Nos bastidores, o comentário é que a missão seria fortalecer o palanque de Arilson Chiorato rumo à Câmara Federal. Quando a candidatura nasce para servir outra, o eleitor vira figurante no teatro eleitoral.

Prefeito General Silva e Luna teria dito "Os vereadores votam, porque é eu que mando"

Constituição jogada na lata de lixo; Chegamos no fundo do poço no que diz respeito aos poderes independentes

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

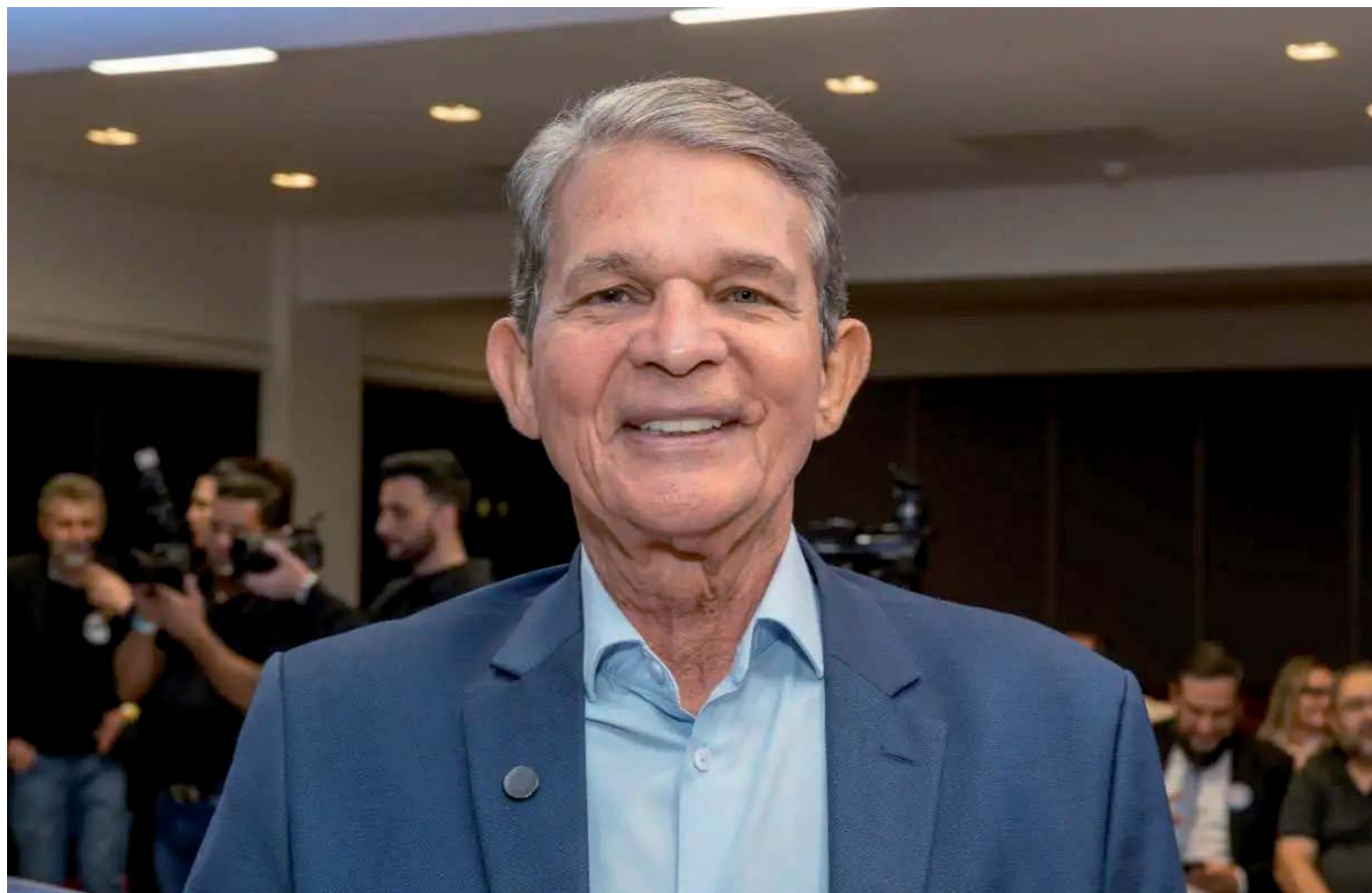
Em Foz do Iguaçu, a teoria constitucional resolveu tirar férias. Montesquieu deve estar revirando no túmulo enquanto alguém explica, com a serenidade de quem pede um cafezinho, que "os vereadores votam, porque é eu que mando". Pronto. Séculos de construção democrática resumidos a uma frase que caberia melhor num quartel do século passado do que numa prefeitura do século XXI.

O prefeito Joaquim Silva e Luna, segundo relato, teria elevado a voz e a convicção: "Se eu que mando, se eu quiser eu faço o decreto amanhã e os vereadores votam, porque é eu que mando". Não é apenas uma declaração. É praticamente um curso intensivo de como transformar a Constituição em papel reciclável.

O Artigo 2º da Constituição Federal, aquele que diz que os poderes são "independentes e harmônicos entre si", virou detalhe decorativo. Harmonia, ao que parece, agora significa obediência. Independência? Só se for independência para concordar.

A separação dos poderes é cláusula pétrea. Traduzindo: não pode ser abolida nem por emenda constitucional. Mas em terras iguaçuenses, parece que pode ser reinterpretada na base do gogó. Executivo manda, Legislativo confirma e o resto aplaude. Freios e contrapesos? Só se forem de bicicleta infantil.

E o mais curioso é o silêncio ensurdecedor de quem deveria fiscalizar. Ministério Público Estadual, Ministério



Público Federal... todos assistindo à cena como se fosse teatro experimental. Porque, afinal, não se opor também é uma forma de participar. Quando a Constituição é jogada na lata de lixo e ninguém recolhe, alguém está limpando a cena, que seja só que para esconder o cheiro.

No meio desse espetáculo, surge a diretora Janaína Proença, servidora concursada há 25 anos, relatando o "episódio mais triste" de sua vida profissional. O cenário: em frente à Escola Municipal João da Costa Viana, no bairro Três Lagoas. Ela atravessa a rua para convidar o prefeito a conhecer a maior unidade da rede. Um gesto institucional, respeitoso, até protocolar. O que poderia dar errado? Tudo.

Ao mencionar que "nunca a gestão da educação foi tão difícil", o clima muda. Braços cerrados, aproximação intimidadora, voz elevada. "Vocês não gostam" da secretária, teria dito ele, generalizando um "vocês" que paira no ar como ameaça coletiva. Janaína recua, explica que faltam matriz curricular, normativa de escolha de turma, respeito à decisão do Conselho Municipal de Educação. Resposta? "Se eu que mando..."

E então vem a frase que atravessa qualquer servidor público como um raio: "Você... aqui nessa escola eu não sei se você fica". Não é apenas uma advertência. É um recado. É o lembrete de que, para alguns, cargo público é propriedade privada com pra-

zo indeterminado. A professora, que diz "eu tava ali alfabetizando as crianças, eu tava ali lutando", de repente se vê lembrada de que, no reino do "eu que mando", estabilidade vira detalhe incômodo.

O mais simbólico é que tudo aconteceu nas imediações da escola. Não foi num gabinete com ar-condicionado e café importado. Foi no espaço onde se ensina cidadania, respeito, democracia. Enquanto as crianças aprendem que os três poderes são independentes, do lado de fora alguém explica que independência é conceito flexível.

Chegamos ao fundo do poço? Talvez ainda estejamos cavando. Porque o problema não é apenas a frase. É a naturalidade com que ela circu-

la. É a sensação de que dizer "eu que mando" já não causa escândalo suficiente. É a banalização do autoritarismo travestido de eficiência.

Se vereadores votam porque "é eu que mando", então não temos Legislativo; temos departamento de carimbo. Se professores têm medo de falar, não temos gestão; temos hierarquia de silêncio. E se os órgãos de controle assistem sem reagir, não temos freios; temos pista livre.

No fim, a pergunta que fica é simples: quando a Constituição vira figurante e o "eu que mando" vira protagonista, quem representa o povo? Porque, até onde se sabe, a democracia não funciona no grito, e muito menos no braço cerrado.

Tiro pela culatra: Vereador Bosco Foz processa cidadão e leva uma "chapoletada" do Judiciário

R\$ 50 Mil por um xingamento: O preço da sensibilidade parlamentar; Seria o "manual do político ofendido: Como tentar calar um eleitor"

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Em tempos de redes sociais inflamadas e debates acalorados, eis que surge mais um capítulo da política iguaçuense: o vereador que resolveu processar um cidadão porque não gostou do que ouviu.

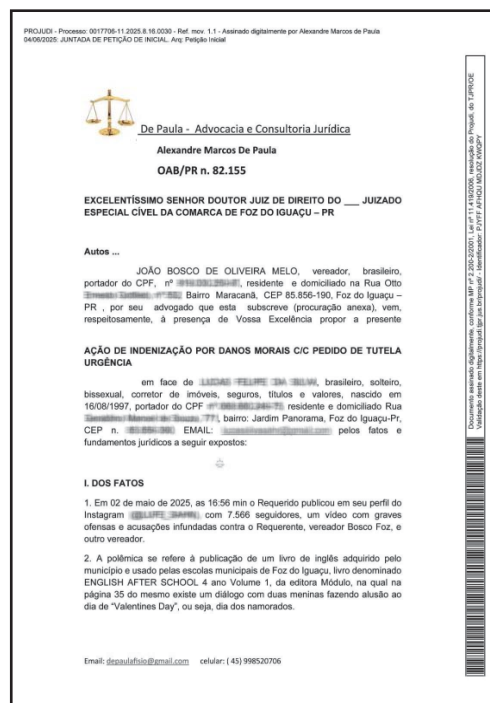
"Do plenário ao Tribunal: A cruzada contra o 'energúmeno'"

O protagonista da vez é o Vereador João Bosco de Oliveira Melo, conhecido como "Bosco Foz" que decidiu recorrer ao Judiciário após ser chamado de "energúmeno" e acusado de "ter o rabo preso" em um vídeo crítico publicado por um morador da cidade.

A ação, protocolada no 2º Juizado Especial Cível de Foz do Iguaçu, pedia nada menos que R\$ 50 mil por danos morais. Cinquenta mil reais para compensar palavras duras ditas em meio a um debate político sobre livros escolares, censura e liberdade de expressão. Além disso, queria tutela de urgência para apagar o vídeo e calar futuras manifestações. Em outras palavras: não bastava discordar, era preciso silenciar.

"Liberdade de expressão? Só se for a dele"

Mas Bosco Foz não era ele mesmo que pedia liberdade de expressão, pois estaríamos indo para uma ditadura. Agora ele mesmo quer montar

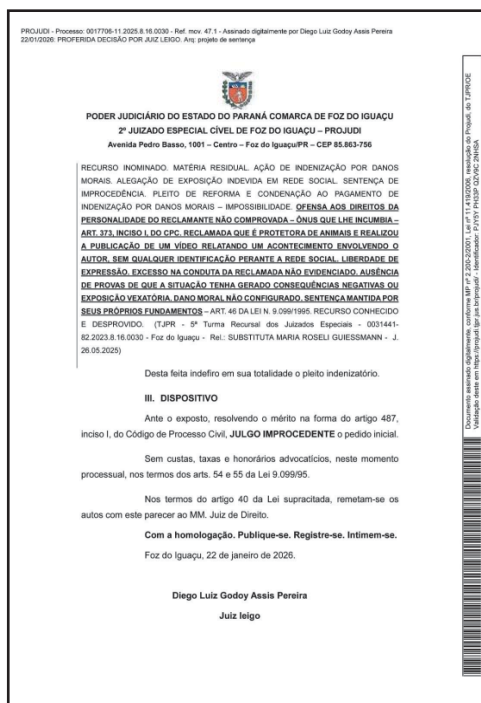


uma ditadura as pessoas que o critica?

Na petição inicial, o discurso é solene. Citações da Constituição, artigos do Código Penal, trechos doutrinários e jurisprudências variadas. Um verdadeiro desfile jurídico para sustentar que "energúmeno" ultrapassa os limites da crítica e que "rabo preso" seria uma grave imputação criminosa. O problema? O Judiciário leu tudo, e não se convenceu.

"Tentou censurar, ganhou uma aula de constituição"

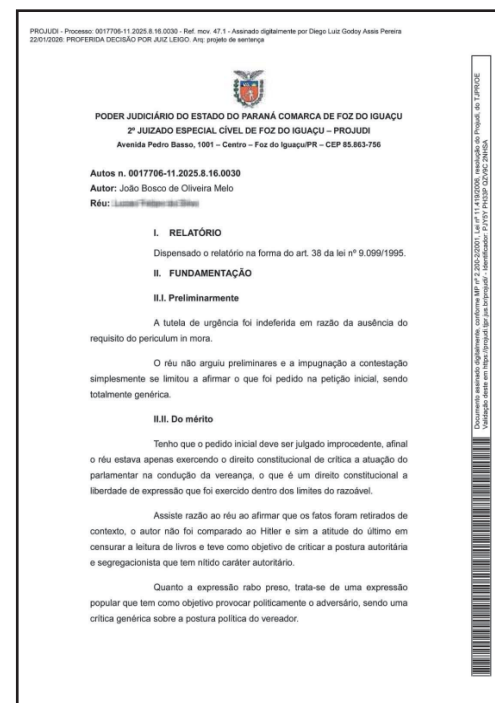
Na decisão proferida pelo juiz leigo Diego Luiz Godoy Assis Pereira e homologada pelo magistrado togado Hugo Michelini Júnior, o recado foi claro: figuras públicas estão sujeitas a críticas, inclusive ásperas. O vídeo, segundo a sentença, inseria-se no contexto de crítica política, sem prova



de dano efetivo à honra do parlamentar. A comparação feita no calor do discurso não foi considerada imputação literal, mas metáfora crítica. E a expressão popular "rabo preso"? Entendida como provocação política genérica, dessas que povoam o vocabulário eleitoral desde que o palanque foi inventado.

"Entre o rabo preso e a Tutela de Urgência"

O mais curioso é que, ao tentar transformar indignação



ro. Mas também não autoriza que todo adjetivo desagradável vire cheque de R\$ 50 mil.

No fim, o processo que pretendia punir a crítica terminou julgando improcedente o pedido. Sem indenização. Sem censura prévia. Sem multa. Apenas a reafirmação de que mandato eletivo vem com bônus e ônus, e um deles é ouvir o que não se quer.

"Improcedente: A palavra que doeu mais que o vídeo"

Talvez a maior lição desse episódio seja simples: na democracia, críticas se enfrentam com argumentos, não com pedidos de tutela de urgência. Porque quando um vereador tenta calar a população pelo bolso, corre o risco de ouvir do Judiciário algo ainda mais constrangedor do que um xingamento em rede social: um sonoro "improcedente".

Chefe de gabinete do Vereador Ranieri é nomeada Diretora na Prefeitura de Foz

Portaria 83830: Quando a coincidência tem número, página e salário; Mérito técnico ou harmonia remunerada?

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Divulgação

Harmonia institucional ou dupla sertaneja do Diário Oficial? Na teoria aprendida nos livros de Direito Constitucional, os poderes são independentes e harmônicos. Cada um no seu quadrado, fiscalizando-se mutuamente, garantindo equilíbrio e evitando abusos. Na prática iguaçuense, contudo, parece que Executivo e Legislativo resolveram formar uma dupla sertaneja: independentes no discurso, mas afinadíssimos quando o assunto é cargo em comissão.

Independência entre poderes: Agora em versão cargo comissionado

E assim surge mais um ca-

pítulo da novela administrativa local. No Diário Oficial nº 5408, de 11 de fevereiro de 2026, página 22, porque transparência aqui tem número, data e paginação. Lá está a Portaria nº 83830. O Prefeito General Joaquim Silva e Luna nomeia Leila Regina Youssef Thaumaturgo para o cargo de Diretora de Urbanismo e Plano Diretor, subordinada à Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Até aí, tudo dentro da formalidade. O detalhe pitoresco é que a agora diretora era chefe de gabinete do vereador Ranieri Marchioro. Mas calma, nada de conclusões precipitadas. Deve ser apenas uma dessas coincidências administrativas que florescem exatamente após votações

importantes. Uma espécie de alinhamento cósmico entre Poderes. Mercúrio retrógrado na folha de pagamento.

Executivo e Legislativo: Separados na teoria, unidos na folha de pagamento

Porque, claro, não se trata de interferência. Trata-se de "cooperação institucional". Não é troca de favores. É valorização técnica. Não é influência política. É reconhecimento de competência. E, se alguém ousar estranhar, certamente ouvirá que tudo está dentro da legalidade. Afinal, está publicado no Diário Oficial. Se está no Diário, é quase poesia republicana.

A dúvida que fica. Meramente filosófica é: quem manda agora? Até poucos dias, a servidora respondia ao vereador no gabinete da Câmara. Agora responde ao secretário, que responde ao prefeito. Mas será que a hierarquia mudou por completo ou apenas ampliou o raio de ação? O mandato do vereador ganhou um "anexo" na Prefeitura? A Secretaria de Planejamento virou uma espécie de extensão territorial do gabinete parlamentar?

Secretaria de Planejamento ou anexo do gabinete?

Enquanto isso, a população aprende, na prática, como funciona a tal independência entre os poderes: um indica, o outro nomeia, e todos explicam que se trata apenas de mérito técnico atravessando a Praça dos Três Poderes municipais com crachá



Leila Regina Youssef Thaumaturgo, de Assessora do Ranieri a Diretora na Prefeitura

novo e salário reajustado.

E o Ministério Público Estadual? Ah, este observa com a serenidade de quem aprecia uma bela harmonia institucional. Afinal, se está tudo "formalmente" correto, para que estragar a música?

Aprendeu rápido, Vereador? Manual prático da interdependência

Curioso é lembrar que, no primeiro ano de mandato, o vereador Ranieri Marchioro declarou em diversas ocasiões que estava aprendendo. Humildade é uma virtude. Aprender faz parte. A pergunta agora é: aprendeu rápido demais? Gostou da dinâmica? Resolveu aplicar o conteúdo prático expandindo horizontes administrativos para além da Câmara?

talvez seja apenas maturidade política. Talvez seja estratégia. Talvez seja coincidência. Em Foz, coincidências parecem ter cargo, função gratificada e publicação em página específica.

Foz do Iguaçu e a república do crachá novo

O cidadão comum olha para tudo isso e tenta entender onde termina a harmonia e começa a conveniência. Onde acaba a legalidade e começa a moralidade criativa. Onde se encerra a independência e se inaugura a interdependência remunerada.

E então, ecoando pelos corredores da Prefeitura, da Câmara e, quem sabe até do Ministério Público, onde surge a pergunta que não quer calar: Isso pode, Juvenal?

DIÁRIO OFICIAL

ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
Lei nº 3.722

Edição Ordinária - Nº 5408 - Ano XXX - quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026

Diário Oficial Eletrônico do Município de Foz do Iguaçu
Edição Ordinária - Nº 5408 - Ano XXX
PÁGINA 22 DE 86
11 de fevereiro de 2026
ATOS DO EXECUTIVO - PORTARIA - Portarias

Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 83830

O Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "a", inciso II, do art. 86 da Lei Orgânica do Município, em consonância com a Lei nº 5.523, de 13 de janeiro de 2025, e em atenção ao Memorando Interno nº 8946, de 11 de fevereiro de 2026, do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Leila Regina Youssef Thaumaturgo**, para exercer o cargo de provimento em comissão, Símbolo DAS-4, de Diretora de Urbanismo e Plano Diretor, subordinada à Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 11 de fevereiro de 2026.

Joaquim Silva e Luna
Prefeito Municipal

Responsável
Marlon Boaria Rozin

Assinado por:
MARLON BOARIA ROZIN
*** 934.449-44
OxU 11/02/2026 17:55

Braço direito do Prefeito General Silva e Luna é condenado a prisão pelo TJ-PR

TJPR manteve a condenação por injúria preconceituosa contra idoso em grupo de WhatsApp

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Divulgação

Em Foz do Iguaçu, a política definitivamente nunca perde a capacidade de surpreender. O mais novo capítulo do enredo municipal envolve ninguém menos que o braço direito do prefeito General Joaquim Silva e Luna, condenado por injúria preconceituosa contra pessoa idosa, com direito a acórdão publicado, votos registrados e assinatura digital no sistema do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Manual do bom assessor: Como ser condenado e continuar no gabinete

Sim, estamos falando de um assessor técnico especial, salário bruto de R\$ 11.376,98, identificado como sendo Vinícius Vaz de Oliveira, que decidiu brilhar não pela capacidade administrativa, mas pelo talento retórico no grupo de WhatsApp "União dos Rodoviários". Ali, segundo a denúncia do Ministério Público do Estado do Paraná, disparou pérolas como "vai dormir terceira idade" e "põe a dentadura no copinho". Um verdadeiro estadista digital.

Fica a dúvida que ecoa pelos corredores do poder: será que hoje o assessor mantém o mesmo estilo comunicacional com o chefe? Algo como "general, põe o coturno na caixa e vai descansar"? Ou o respeito hierárquico funciona melhor quando se tem um belo salário?

A 2ª Câmara Criminal não achou graça. Manteve a condenação por injúria qualificada por elemento discriminatório. Afinal, quando a ofen-

sa mira diretamente a condição de pessoa idosa, a lei entende que não se trata de "brincadeira", "ironia" ou "excesso de grupo", mas de crime. E mais: o fato de as mensagens terem sido lançadas para cerca de 150 pessoas não ajudou exatamente na tese de que tudo não passou de um mal-entendido íntimo.

Equipe de elite? TJPR mantém condenação de homem de confiança do Prefeito Silva e Luna

A defesa tentou de tudo: nulidade, cerceamento, ausência de dolo, questionamento das provas, pedido de gratuidade. Quase um combo processual. O Tribunal, porém, foi didático: não houve prejuízo comprovado, a autoria estava demonstrada e a materialidade também. Em resumo, o WhatsApp não é território sem lei, ainda que alguns agentes públicos pareçam acreditar no contrário.

Condenado, mas ajustado: TJ reduz pena e mantém constrangimento

Houve, é verdade, um pequeno alívio matemático. A pena foi redimensionada para 1 ano e 3 meses de reclusão, substituída por restritivas de direitos, com redução de multa e da prestação pecuniária. Nada que mude o fato essencial: o braço direito do prefeito foi condenado por ofender um idoso de forma discriminatória.

Enquanto isso, a vítima ainda tentou fixar indenização mínima de R\$ 10 mil. Mas, por questão técnica, ausência de pedido expresso na denúncia, o valor não foi arbitrado. Na burocracia penal,



até o dano moral precisa cumprir protocolo.

Diga-me com quem andas... e eu te mostro o Acórdão

E o prefeito? Segue governando cercado de assessores que colecionam manchetes judiciais. A cada novo episódio, o velho ditado popular ganha atualização involuntária: "Diga-me com quem tu andas e eu te direi quem tu és". Talvez não seja justo generalizar. Talvez seja apenas coincidência. Talvez seja só azar estatístico.

Ou talvez seja aquele detalhe incômodo que a política insiste em ignorar: liderança também é escolha de equipe. E quando o braço direito vira caso de polícia, a sombra inevitavelmente alcança o gabinete principal.

Em Foz, pelo visto, o problema não é só o que se digita. É quem digita e onde trabalha depois.

PROJUDI - Recurso: 0032429-40.2022.8.16.0030 - Ref. mov. 52.1 - Assinado digitalmente por Mário Helton Jorge/7859
05/02/2026 - JUNTADA DE ACÓRDÃO. Arq: Acórdão (Desembargador Mário Helton Jorge - 2ª Câmara Criminal)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª CÂMARA CRIMINAL

Apelação Criminal nº 0032429-40.2022.8.16.0030 Ap
2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu
Apelante(s): VINICYUS VAZ DE OLIVEIRA e DILTO VITORASSI
Apelado(s): VINICYUS VAZ DE OLIVEIRA e DILTO VITORASSI
Relator: Desembargador Mário Helton Jorge

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS. INJÚRIA PRECONCEITUOSA CONTRA PESSOA IDOSA. RECURSO INTERPOSTO PELO RÉU VINICYUS VAZ DE OLIVEIRA PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO E RECURSO INTERPOSTO PELA VÍTIMA DILTO VITORASSI CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I. CASO EM EXAME II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 1. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM SABER SE A CONDUTA DO RÉU SE ENQUADRA NA TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE INJÚRIA QUALIFICADA, ALÉM DE SE É POSSÍVEL A FIXAÇÃO DE VALOR A TÍTULO DE REPARAÇÃO DE DANOS, SOLICITADO PELA VÍTIMA. III. RAZÕES DE DECIDIR 2. O PEDIDO DE GRATUIDADE A JUSTIÇA NÃO FOI CONHECIDO, POIS DEVE SER ANALISADO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. 4. A DEFESA NÃO COMPROVOU A NULIDADE DO DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA, NEM O CERCEAMENTO DE DEFESA, POIS AS MENSAGENS DE ÁUDIO REQUERIDAS NÃO ERAM RELEVANTES PARA O CASO. 4. A AUTORIA E A MATERIALIDADE DO CRIME DE INJÚRIA FORAM COMPROVADAS POR MEIO DA ATA NOTARIAL E DEPOIMENTOS, NÃO HAVENDO INDÍCIOS DE FALSIFICAÇÃO DAS PROVAS. 5. AS OFENSAS PROFERIDAS PELO RÉU FORAM DIRECIONADAS À CONDIÇÃO DE PESSOA IDOSA DA VÍTIMA, CONFIGURANDO INJÚRIA PRECONCEITUOSA. 6. A DOSIMETRIA DA PENA FOI AJUSTADA, REDUZINDO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE, A PENA DE MULTA E A PENA RESTRITIVA DE DIREITO DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. 7. O RECURSO DA VÍTIMA FOI DESPROVIDO, POIS NÃO HOUVE PEDIDO EXPRESSO DE FIXAÇÃO DE VALOR MÍNIMO DE REPARAÇÃO NA EXORDIAL ACUSATÓRIA. IV. DISPOSITIVO E TESE 9. RECURSO INTERPOSTO PELO RÉU CONHECIDO PARCIALMENTE E PARCIALMENTE PROVIDO E RECURSO INTERPOSTO PELA VÍTIMA CONHECIDO E DESPROVIDO. TESE DE JULGAMENTO: A PRÁTICA DE INJÚRIA QUALIFICADA, CONFORME O ART. 140, §3º, DO CÓDIGO PENAL, É CARACTERIZADA PELA UTILIZAÇÃO DE ELEMENTOS

O "XEQUE-MATE" JUDICIAL

Justiça enquadra Prefeitura de Foz do Iguaçu e exige provas sobre livros recolhidos

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

"O 'Xequê-Mate' Judicial": Foi assim que se conveniou chamar o mais novo capítulo da novela pedagógica protagonizada pela Prefeitura de Foz do Iguaçu.

Recolheu primeiro, leu depois? Juiz quer a página e a linha

Depois do recolhimento repentino dos livros de inglês, ato quase performático, digno de quem acredita que gramática estrangeira é ameaça à soberania nacional, a Justiça resolveu trocar o achismo pelo método científico.

Sob o título "Justiça enquadra Prefeitura de Foz do Iguaçu e exige provas sobre livros recolhidos", a realidade bateu à porta da burocracia municipal com um detalhe inconveniente: é preciso provar o que se alega. A Ação Civil Pública movida pelo SINPREFI avançou, e o processo entrou na tal fase de saneamento, momento em que se separa o que é argumento jurídico do que é apenas indignação ideológica de WhatsApp.

cia municipal com um detalhe inconveniente: é preciso provar o que se alega. A Ação Civil Pública movida pelo SINPREFI avançou, e o processo entrou na tal fase de saneamento, momento em que se separa o que é argumento jurídico do que é apenas indignação ideológica de WhatsApp.

Censura por atacado vira dever de casa no Judiciário

O magistrado decidiu "apertar o cerco". Nada mais justo. Afinal, quando se retira material didático das mãos de crianças e professores "de um dia para o outro", o mínimo que se espera é uma explicação que vá além de suspiros morais e memorandos dramáticos. A decisão judicial exige que o município comprove, de

maneira clara, objetiva e técnica, quais seriam exatamente os trechos escandalosos que justificaram a cruzada contra os verbos irregulares.

Segundo a assessoria jurídica do sindicato, a Justiça não aceitará mais justificativas genéricas. O juiz quer saber "em qual página e em qual linha" estariam os temidos trechos que a Prefeitura classificou como "conteúdos impróprios". É quase uma aula prática de interpretação de texto, algo que, ironicamente, os livros recolhidos se propunham a ensinar.

Agora, a gestão municipal terá que apresentar algo mais consistente do que expressões vagas e preocupações abstratas. Não basta dizer que há problema; é preciso demonstrar onde ele mora, qual é seu CEP e, se possível, anexar fo-

tografia. Do contrário, a tal "censura prévia" começa a ganhar contornos menos pedagógicos e mais políticos.

Retirada relâmpago, explicação em câmera lenta

Enquanto isso, a presidente do SINPREFI reforça que o esclarecimento é fundamental "para os pais, para a comunidade e para os professores". E é mesmo. Porque, no fim das contas, o debate não é apenas sobre um livro de inglês, mas sobre o direito de aprender sem sobressaltos administrativos e sem cruzadas repentinas contra conteúdos que, até ontem, estavam tranquilamente nas mochilas escolares.

Juiz transforma polêmica ideológica em prova objetiva

O que se vê agora é uma cena curiosa: a Justiça pedindo que o Executivo faça o dever de casa. Localize, cite, explique, fundamente. Algo básico para quem decidiu recolher livros como se estivesse retirando mercadoria vendida da prateleira.

Se havia, de fato, "conteúdos impróprios", que se mostre "em qual página e em qual linha". Caso contrário, o que ficará registrado não é a defesa da moral, mas a improvisação de quem confundiu gestão pública com tribunal de costumes.

No tabuleiro institucional, o "Xequê-Mate" não é contra a educação, é contra o imprevisto. E, desta vez, não adianta apagar o quadro, pois a lição terá que ser escrita com provas.

Sindicato acusa secretaria de educação de mentir para a justiça e fraudar documentos no caso dos livros de inglês

Em Foz do Iguaçu, a novela dos livros de inglês ganhou um novo gênero: saiu do drama pedagógico e entrou no suspense jurídico com pitadas de comédia involuntária.

Inglês básico, jurídico criativo: A Prefeitura que inventou até jurisprudência

O que começou como um debate sobre conteúdo escolar agora atende pelo nome pomposo de A DENÚNCIA DE FRAUDE.

Porque, aparentemente, não bastava recolher livros; era preciso também brincar de editar jurisprudência.

O SINPREFI resolveu subir o tom e acusar a Secretaria de Educação de algo que, convenhamos, não é exatamente um detalhe burocrático: mentir para a Justiça e fraudar documentos. Segundo a as-

essoria jurídica do sindicato, a Prefeitura anexou jurisprudências "inverídicas" para tentar dar verniz técnico a uma decisão que já nasceu torta. Nada como uma citação caprichada, ainda que criativa, para tentar transformar censura em zelo pedagógico.

Do livro ao processo: A ficção sai da sala de aula e entra no Fórum

A advogada Solange Silva, em vídeo oficial, relatou que o juiz intimou o município a explicar as decisões de tribunais superiores usadas como base para o recolhimento dos livros. E aí vem a parte que faria qualquer estudante do primeiro ano de Direito arregalar os olhos: "Essas jurisprudências não são verídicas". Não é que foram mal interpretadas. Não

é que estavam desatualizadas. Não. Segundo a denúncia, simplesmente não correspondem à realidade.

Entre o verbo "mentir" e o tempo da Justiça

E a coisa melhora. De acordo com a advogada, os documentos apresentados "não trazem o conteúdo que foi decidido pela Suprema Corte". Traduzindo do juridiquês para o português claro: teriam colocado na conta do tribunal algo que o tribunal nunca disse. É quase uma fanfic jurídica, só que protocolada nos autos.

Diante do cenário, o juiz fez o que se espera de alguém que ainda leva o processo judicial a sério: emitiu alerta formal sobre possível condenação por litigância de má-fé. E, para

que ninguém alegue desconhecimento do termo, veio a didática explicação: "O que é a litigância de má-fé? É eu alterar a verdade dos fatos ou eu falsificar um documento que não seja verdade para fazer com que o judiciário se engane numa decisão". Simples, direto e autoexplicativo. Quase um manual de "como não agir" dentro de um processo.

Litigância de má-fé ou concurso de criatividade jurídica?

Agora, a Prefeitura corre contra o relógio para provar que não inventou moda no mundo jurídico. Porque, como foi dito, "Se não ocorrer a justificativa, o sindicato vai pedir que o município seja condenado por litigância de má-fé por apresentar documentos inver-

dicos e que não são reais e que trazem informações inverdades, informações que não existem no mundo jurídico".

É curioso: tudo isso por causa de livros de inglês. Talvez a grande lição seja que, antes de discutir verbos irregulares e tempos verbais, seja preciso revisar um conteúdo ainda mais básico. O significado da palavra "verdade". Afinal, numa democracia, pode até haver divergência pedagógica. O que não pode haver é criatividade documental.

Ao que tudo indica, Foz do Iguaçu descobre que o problema não é apenas a tradução do inglês para o português. É a tradução dos fatos para o processo. E, nesse quesito, parece que alguém resolveu usar o Google Tradutor da própria conveniência.

O PANORAMA DA CRISE

O cerco se fecha em duas frentes: Caso dos livros recolhidos é alvo de ação civil pública na justiça e de CPI na Câmara Municipal

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Em Foz do Iguaçu, a gestão municipal resolveu inovar no calendário escolar: trocou o conteúdo de inglês por aulas práticas de "crise institucional avançada". O resultado? Um verdadeiro manual de como transformar um problema administrativo em um espetáculo jurídico-político digno de série de streaming. O título do episódio é conhecido: "tempestade perfeita".

A decisão de recolher os livros de inglês de milhares de alunos da rede municipal, tomada de forma súbita pela Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu, pretendia talvez ser vendida como zelo pedagógico. Mas acabou soando como censura prévia com verniz burocrático. O que era para ser um simples ato administrativo virou um case de como criar um incêndio e depois se surpreender com a fumaça.

Página por página, linha por linha: Justiça manda Prefeitura fazer a lição de casa

Agora, o cerco se fecha em duas frentes. De um lado, o Poder Judiciário; do outro, a Câmara de Vereadores. E não é metáfora dramática: é protocolo oficial. Na Justiça, a Ação Civil Pública movida pelo SINPREFI já garantiu a devolução dos livros por meio de liminar. A fase atual é probatória e exige aquilo que parece ter faltado no início: provas. Página por página. Linha por linha. Expressão por expressão. Um verdadeiro "caça-palavras" jurídico.

A Prefeitura, que talvez imaginasse resolver tudo com

notas oficiais e discursos inflamados, agora enfrenta a possibilidade nada elegante de ser condenada por "litigância de má-fé". Segundo o sindicato, teriam sido apresentadas jurisprudências inverídicas para sustentar o recolhimento. Se confirmado, não seria apenas um erro técnico, seria uma aula prática de como não argumentar perante um juiz.

Inglês recolhido, crise fluente: Prefeitura aprende "Judicialês" na marra

Enquanto isso, no Legislativo, a crise ganhou palco próprio. A presidente do SINPREFI, Viviane Dotto, avisou publicamente: "Nós sabemos que a questão dos livros didáticos está tendo desdobramentos. Existe uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) acontecendo com relação a esta mesma pauta". Traduzindo do sindicalês para o português claro: o assunto não será varrido para debaixo do tapete.

Crise bilíngue: No Fórum se fala prova, na Câmara se fala CPI

A CPI investiga os bastidores do recolhimento. Quer saber se a decisão foi fruto de convicções ideológicas, de pânico moral, de falhas administrativas ou de algo ainda mais constrangedor. O fato é que, entre depoimentos, oitivas e requisição de documentos, a narrativa oficial vai sendo testada em praça pública.

Prefeitura tenta cortar o texto e acaba cortada pelo contexto

E aí reside o verdadeiro drama: quando Justiça e Câmara fazem perguntas ao mes-



mo tempo, fica difícil sustentar versões vagas. A convergência entre a pressão judicial por provas técnicas e a investigação política cria um ambi-

ente em que a criatividade retórica já não resolve. É preciso documento, fundamento, coerência.

O que começou como uma

medida "protetiva" virou um teste de resistência institucional. E a exigência por transparência, como bem lembrou o sindicato, deixou de ser apenas pauta corporativa. "O esclarecimento de toda a situação que aconteceu é muito importante também para os pais, para a comunidade e para os professores". Em outras palavras: a sociedade quer saber quem decidiu, por quê decidiu e com base em quê decidiu.

No fim, talvez a maior lição dessa novela seja simples: antes de recolher livros, convém ler as consequências. Porque, em Foz, a gramática da crise está sendo escrita em tempo real e, ao que tudo indica, com revisão implacável.

JUSTIÇA POR ORELHA

O cão **Orelha**, cão comunitário amado pela Praia Brava em Florianópolis (SC), foi brutalmente agredido e morreu em decorrência dos maus-tratos.

Maus-tratos a animais é **crime**. Não fique em silêncio.

Denuncie. Proteja. Ame.
#JustiçaPorOrelha

Amar
ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA
DE ANIMAIS RESGATADOS
Foz do Iguaçu - Parana - Brasil

Apagão fiscalizatório na Câmara de Foz: Nota zero seria devido ao alinhamento político com o Executivo?

Nota zero do Legislativo em fiscalização, segundo o TCE-PR, levanta questionamentos sobre a atuação da base aliada em relação à gestão do prefeito Joaquim Silva e Luna e a eficácia das políticas públicas na cidade

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Em Foz do Iguaçu, a política local acaba de inaugurar uma nova modalidade esportiva: o salto ornamental sobre a própria responsabilidade. O recente relatório do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), por meio do programa ProGov, concedeu à Câmara Municipal a reluzente nota 0,00 no quesito "Fiscalização". Zero. Nem 0,1 para estimular o esforço. Zero absoluto, digno de laboratório científico.

Câmara de Foz: Quando o fiscal tira férias permanentes

A pergunta que ecoa pelos corredores refrigerados do Legislativo é simples e incômoda: estamos diante de um colapso técnico ou de um alinhamento político tão perfeito que dispensou qualquer necessidade de vigiar o Executivo comandado pelo prefeito Joaquim Silva e Luna?

Porque uma coisa é certa: Zerar em fiscalização não é descuido pontual. É método.

A hipótese da falha técnica: O manual que nunca existiu

Segundo os dados do próprio TCE-PR, a Câmara não possui sequer um ato normativo que regulamente como deve fiscalizar. É como abrir uma escola sem currículo, um hospital sem protocolo ou um quartel sem ordem do dia. No

formulário oficial, aparecem notas igualmente generosas em "Normatização da função fiscalizadora", "Plano de Fiscalização" e "Execução das fiscalizações". Traduzindo: não há regra, não há planejamento e não há prática.

Talvez alguém tenha confundido requerimento protocolado com auditoria estruturada. Mandar um ofício perguntando "está tudo bem?" não substitui cronograma, metodologia, relatório técnico e acompanhamento contínuo. Fiscalizar não é apertar "enviar" no e-mail institucional; é abrir caixa-preta, cruzar dados, ouvir a sociedade, apontar falhas e cobrar correções.

Sem integração com Ouvidoria, sem comissões atuantes e sem metas claras, o Legislativo fozense parece ter transformado a fiscalização em peça de ficção administrativa. Existe no discurso, mas

não no mundo real.

A hipótese da conivência: Governabilidade em modo silencioso

Mas há uma segunda explicação, menos ingênua. Em ciência política, quando o Legislativo deixa de fiscalizar, raramente é por acaso. Pode ser estratégia. Pode ser pacto não escrito. Pode ser o famoso "não mexe comigo que eu não mexo com você".

No contexto da gestão de Joaquim Silva e Luna, a nota zero em áreas sensíveis como Saúde, Educação, Assistência Social, Aquisições e Administração Financeira não soa como acidente administrativo. Soa como blindagem institucional. Especialmente quando o próprio sistema do TCE-PR atribui à prefeitura apenas 4,79 em Administração Financeira. Se a ponta apresenta

problema, onde está o freio constitucional?

As comissões receberam 3,81. Não chega a ser zero, mas também não inspira confiança. É a nota do aluno que promete estudar no próximo semestre. Enquanto isso, o orçamento segue seu curso, contratos são firmados, serviços são executados (ou não), e a cidade aguarda algum sinal de que alguém esteja olhando para as planilhas com lupa e não com binóculo invertido.

Transparência não é fiscalização

Curiosamente, a Câmara ostenta orgulhosa um 9,69 em Transparência. Tudo publicado, tudo visível, tudo disponível. Um espetáculo de dados. Mas transparência sem controle é como vitrine sem segurança: você vê o que está exposto, mas não impede que o estoque desapareça.

Publicar informações não substitui investigar. Disponibilizar números não equivale a analisá-los. Transparência é o ponto de partida; fiscalização é o destino. Entre um e outro, Foz do Iguaçu parece ter estacionado no acostamento.

Incompetência ou conveniência?

A linha que separa incapacidade técnica de conveniência política é tão fina quanto o papel de um requerimento protocolado. A ausência de normatização pode ser falha estrutural, ou pode ser o álibi perfeito para não incomodar o Executivo. Afinal, se não há regra, não há obrigação formal. E se não há obrigação, não há conflito.

O problema é que quem paga essa conta não é o vereador, nem o prefeito. É o cidadão. Quando o Legislativo abdica do seu papel fiscalizatório, a balança entre os poderes inclina perigosamente. Sem auditorias sistemáticas, sem relatórios consistentes e sem cobrança efetiva, eventuais falhas da gestão encontram terreno fértil.

O zero do TCE-PR não é apenas um número. É um diagnóstico. E talvez também um espelho. A Câmara de Foz precisa decidir se quer ser vitrine de transparência ou instrumento de controle. Porque, até aqui, a fiscalização parece ter sido terceirizada ao silêncio. E o silêncio, como se sabe, raramente governa em favor do interesse público.



Cataratas do Iguaçu alcança 500 mil seguidores no Instagram

A conquista reforça a posição do PNI entre os atrativos naturais mais procurados no Brasil

Urbia Cataratas — PNI

Fotos: Divulgação Urbia+Cataratas/
Eagle Eye Company

A conta das Cataratas do Iguaçu, gerenciada pela Urbia+Cataratas, concessionária responsável pela visitação turística no Parque Nacional do Iguaçu, alcançou 500 mil seguidores no Instagram nesta terça-feira, dia 24 de fevereiro de 2026. Entre os destaques do perfil estão conteúdos comparativos de vazão das Cataratas do Iguaçu, que aumentaram engajamento pelo visual impressionante e a paisagem natural sempre em movimento. Além disso, cenários de experiências exclusivas, aparições de fauna e informações sobre trilhas também são destaque na página.

"Através do Instagram, falamos com visitantes do mundo todo, levamos o principal cenário de Foz do Iguaçu e a mensagem da conservação da natureza e da Mata Atlântica. Ficamos felizes que cada vez mais gente se interesse e nos acompanhe. Temos um sentimento de dever cumprido", comenta Mario Macedo Junior, CEO da Urbia+Cataratas.

O momento de celebração reflete um agradecimento pelo esforço coletivo e lembrete da importância da comunicação



para orientação ao visitante e conscientização sobre a preservação da paisagem e biodiversidade do parque.

Presença digital e de marca

Nas redes sociais, as Cataratas do Iguaçu, principal cenário do Parque Nacional do Iguaçu, acumulam 894 mil seguidores. No último ano, foram mais de 132 milhões de visualizações somente no Instagram, representando um crescimento de 43% em relação a 2024. Além do Instagram, as Cataratas do Iguaçu estão presentes também

no TikTok e Facebook (@cataratasdoiguacu) e Youtube.

As férias e a alta temporada impulsionaram o número de seguidores neste ano. Com o planejamento da viagem e da visita, em janeiro de 2026, 50 mil novos usuários começaram a acompanhar a página para conferir dicas de passeio e experiências.

"Nosso crescimento nas redes sociais no último ano foi expressivo, sinalizando maturidade, estratégia e qualidade no conteúdo. Pensamos em conteúdos de relevância, alcance real e impacto contínuo de mar-

ca, com crescimento sustentável e orgânico", explica o gerente de Marketing da concessionária, Wesner Ferreira.

Além disso, diversas ações posicionaram o parque não apenas como destino turístico, e sim como ícone cultural e natural, ampliando o valor intangível desse lugar e a visibilidade nacional. Em 2025, foram destaque as gravações e exibição da novela Vale Tudo, gravações e exibição da temporada de inverno do programa Caldeirão com Mion, da TV Globo, e gravações do programa Domingo Legal, do SBT.

Quer saber mais sobre o parque?

Além das redes sociais, os visitantes e comunidade podem conferir as novidades e notícias sobre o Parque Nacional do Iguaçu e a Urbia+Cataratas em um blog com conteúdo próprio sobre sustentabilidade, turismo e atendimento na unidade de conservação. Acesse <https://cataratasdoiguacu.com.br/blog/>

A Urbia+Cataratas também mantém um grupo no WhatsApp com informações atualizadas do parque. Para participar, use o link de convite: <https://chat.whatsapp.com/DXgb-gHia63M5xn8IOHXVjP>.

Sobre o Parque Nacional do Iguaçu

O Parque Nacional do Iguaçu, administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), conta com a gestão de visitação turística da concessionária Urbia+Cataratas. Reconhecido como Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO, é referência internacional em turismo sustentável. Além disso, é considerado a principal atração do Brasil e da América Latina, segundo usuários do TripAdvisor no Prêmio Best of the Best 2025.

Confira as redes sociais

Instagram: [instagram.com/cataratasdoiguacu](https://www.instagram.com/cataratasdoiguacu)

Facebook: [facebook.com/cataratasdoiguacu](https://www.facebook.com/cataratasdoiguacu)

TikTok: [tiktok.com/cataratasdoiguacu](https://www.tiktok.com/cataratasdoiguacu)

Youtube: <https://www.youtube.com/@CataratasdoIguacu-o9t>

Mais informações:

contato@catarataspni.com.br
cataratasdoiguacu.com.br





NA MARCA DO PENALTI

Jornalista: Abílio Henrique Bottega - 0012882/PR MTB

FUTEBOL

Treinador Adriano Souza retorna ao Azulão no segundo semestre

Adriano será emprestado ao Treze FC, da Paraíba, para a disputa da Série D do Campeonato Brasileiro

Durante o período sem calendário oficial até julho de 2026, o Foz do Iguaçu FC e o treinador Adriano Souza definiram, em comum acordo, um novo passo dentro do planejamento esportivo.

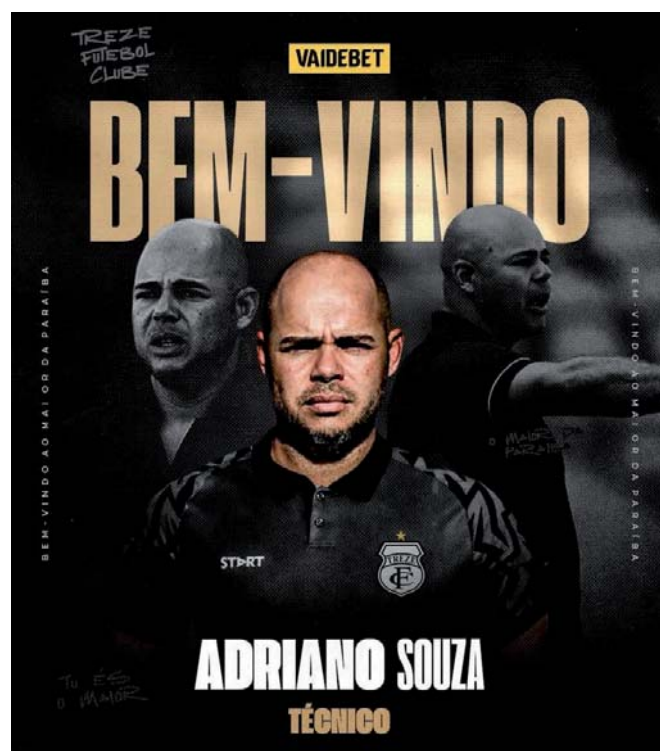
Adriano será emprestado ao Treze FC, da Paraíba, para a disputa da Série D do Campeonato Brasileiro. A oportunidade permite que o treinador siga em atividade, acumulando experiência em competição nacional, enquanto a equipe da fronteira mantém a continuidade do projeto já renovado até 2027.

Seguiremos acompanhando e torcendo pelo seu melhor desempenho, certos de que esse período será importante para o seu crescimento profissional.

Em julho, ele retorna para iniciar a preparação visando a Copa Paraná.



Adriano recolocou o clube da fronteira no Brasileiro da Série D após 7 anos



Adriano sendo anunciado pelo clube paraibano

PROMOÇÃO

CARTÃO DE VISITA
PAPEL COUCHE 300gr - VERNIZ TOTAL FRENTE

1.000 só

~~100~~ por **150**

R. Monsenhor Guilherme, 80 - Jd. São Paulo - Foz

(41) 3525-4461 | 99934-7976

CONVITE PARA LANÇAMENTO DE LIVRO

Roberto Costa convida para o evento de lançamento de sua biografia

Data: 10/10/25
Horário: 18h-21h

LOCAL: NA ARENA DO ATHLETICO NA CHOPERIA BRAHMA.

BIOGRAFIA DO GOLEIRO
Mão de Ouro

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA

Bianca Naldi

f Abilio Henrique Bottega
i bottega_77
X Bottega77 @futebolista2
in Abilio Henrique Bottega

Para sugestões de pautas,
críticas e elogios entre
em contato
✉ abiliobottega@hotmail.com

FUTEBOL

12 anos do Projeto Maradona

Franciney vem fazendo um trabalho incrível, levando alegria e esperança para as crianças e famílias

Foto: Arquivo Pessoal de Franciney



Caravana da Paz e amigos do Maradona

Franciney vem fazendo um trabalho incrível, levando alegria e esperança para as crianças e famílias. É inspirador ver como a união e o amor ao próximo podem fazer a diferença.

Maradona agradece pelo reconhecimento "O apoio dos amigos e parceiros é fundamental para continuar essa jornada. É isso que o Projeto representa: amor, família e união."

Finalizou deixando uma mensagem

"Abraço forte para todos os anjos amigos e voluntários. E vamos em frente, abril está chegando com novo evento e vamos com tudo."



Ex-aliado chama prefeito de "frouxo" após canetada fatal!

Da Blindagem ao Bombardeio: Blogueiro detona General em vídeo explosivo!; Exoneração vira estopim e apoio vira ataque frontal na Prefeitura!

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Enrique Alliana

Como já ensinava Luiz Inácio Lula da Silva lá nos tempos de sindicalista em São Paulo, em 1975, "na política, nada é impossível". E Foz do Iguaçu parece ter levado essa frase ao pé da letra. Porque se há algo realmente imprevisível é a velocidade com que um aliado vira crítico, um defensor vira acusador e o "melhor amigo, oficial de batalha" vira apenas mais um vídeo de 4 minutos e 8 segundos nas redes sociais.

TRE, multas e mágoas: O drama do amor que acabou no Diário Oficial

Na última eleição, o blogueiro Leandro Pinto vestiu a farda simbólica e marchou ao lado do então candidato Joaquim Silva e Luna, defendendo-o com unhas, dentes e, segundo decisões da Justiça Eleitoral, com algumas "Fake News" no currículo, o que lhe rendeu condenações e multas hoje em fase de execução pelo TRE/PR.

Mas nada disso abalava o romance político. O General se elegeu prefeito de Foz do Iguaçu, e muitos aliados foram devidamente acomodados na máquina pública. Amor correspondido, cargos distribuídos, todos felizes para sempre. Ou pelo menos até a próxima edição do Diário Oficial.

Exoneração: o verdadeiro teste de caráter ideológico

Porque, no fim das contas, o amor político é igual pro-



messa de campanha: começa eterno e termina na primeira exoneração. Antigamente, as paixões acabavam em cartas perfumadas. Agora acabam em uma publicação seca, com uma única palavra devastadora: "exoneração". E quando a exoneração atinge alguém próximo, aí não é só o amor que acaba. Dizem que até a "teta secou".

Quando o salário some, a coragem aparece?

A saída do Procurador-Geral do Município, Rafael Germano Arguello, que em janeiro de 2026 recebeu R\$ 33.486,00 de salário bruto,

entre folha mensal e complementar, parece ter sido o ponto de ruptura. Teria sido o valor do contracheque que adoçou o mel da lealdade? Ou foi a retirada dele que azedou tudo? Perguntas filosóficas para tempos pragmáticos.

Do "General Estrategista" ao "Frouxo": Amor Político dura até a exoneração

O fato é que, no dia 05 de fevereiro de 2026, Leandro Pinto surgiu nas redes sociais com um vídeo inflamado. O mesmo defensor aguerrido agora chamava o prefeito de "frouxo", disparava que "o senhor não tem comando", insinuava que estava "tá com o rabo preso" e ainda arre-



matava com um dolorido "que decepção". Tudo isso direcionado ao mesmo General que antes era tratado como líder estratégico e firme.

Em determinado momento, foi direto: "você não honra as pessoas que lhe ajudam cara, você foi frouxo". A indignação seguiu: "e toda a situação aqui, mostra que o senhor, infelizmente, comprova que a oposição fala do senhor. Que o senhor não tem comando. Que fala de estratégia, estratégia, estratégia. Que estratégia é essa general". E como se a palavra estratégia precisasse de reforço dramático, veio o complemento: "Que estratégia malu-

ca é essa general, tá com o rabo preso".

Por fim, no tom de quem se sente traído no altar da Prefeitura, concluiu: "e que decepção viu general, que decepção que eu estou com o senhor, eu achei que o senhor honrasse as pessoas que andavam contigo. Eu achei que o senhor batia no peito e segurava as pessoas que lhe honraram e te protegeram. Isso aqui é uma opinião minha, ninguém pediu para eu fazer esse vídeo...".

Do palanque ao paredão virtual: General vira alvo do próprio soldado!

Ninguém pediu. Talvez nem precisasse. Na política local, os roteiros parecem se escrever sozinhos. O aliado vira acusador na mesma velocidade em que a caneta exonera. O discurso muda conforme o contracheque. E o general, que antes era símbolo de comando, agora é acusado de não ter comando algum.

No fim, resta a lição clássica: em Foz, como em qualquer lugar, fidelidade ideológica dura menos que story patrocinado. E se "na política, nada é impossível", talvez o mais previsível seja justamente isso: o amor político acaba quando a página do Diário Oficial vira.

Ou melhor: O Diário Oficial de hoje seria o novo aplicativo de término de relacionamento político, pois a lealdade renumerada tem validade enquanto durar o pagamento?